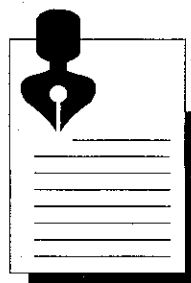


INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte CEJA FORUM DN LITORAL
Data 27/04/2001 Pg A3
Class. 700

São Sebastião

Muito nos orgulhou, a todos da equipe da prefeitura, a referência elogiosa do editorial *O exemplo de São Sebastião* (21/7, A3). O empenho da nossa equipe de fiscalização ambiental e de obras, bem como da defesa civil, certamente será redobrado sob a responsabilidade de tamanha confiança demonstrada publicamente. Temos certeza de que tamanho apoio público representa muito mais, por partir de uma casa editorial de notória ligação com as causas do interesse público e dos direitos civis, de editores que patrocinaram inúmeras tomadas de consciência em momentos cruciais de nossa história. Não poderia deixar de consignar, porém, que nosso empenho não traria resultados concretos se não contasse com o respaldo dos organismos estaduais, engajados por orientação direta do governador Geraldo Alckmin nos esforços de contenção do processo de ocupação desordenada da mata atlântica em São Sebastião. Sem o suporte do Instituto Florestal e da Polícia Florestal, ligados à Secretaria estadual do Meio Ambiente, e sem a garantia das Polícias Civil e Militar, ligadas à Secretaria da Segurança Pública, nossas ações seriam não só impossíveis, seriam uma temeridade. O governador, oriundo de nossa região-mãe, o Vale do Paraíba, é profundo conhecedor da problemática do litoral, e seu apoio decidido foi fundamental para a viabilização

das ações até aqui empreendidas. Além disso, é preciso ressaltar um elemento-chave do que esperamos ser a virada do “jogo” a favor do meio ambiente – e, em última instância, sabemos, a favor de toda a população: a participação decidida do Judiciário, em reuniões de discussão e na orientação segura dos meios de defesa do interesse comum. Nossos juízes e o Ministério Público têm sido firmes defensores do patrimônio ambiental e pela sustentação do poder de polícia do município. A bem da verdade, é preciso que se diga que a imensa maioria das demolições que efetuamos, de janeiro para cá, se refere a imóveis que estavam em processo de construção ou ampliação. Nesses casos, de delito em andamento, em áreas de preservação permanente e/ou de risco, não necessitamos aguardar decisões judiciais, mesmo porque essa espera determinaria consequências muitas vezes irreversíveis para o patrimônio comum. Conseguindo o congelamento da situação, o que será uma grande vitória, já que o padrão que encontramos ao assumirmos a administração indicava uma expansão desenfreada das ocupações, iniciaremos as providências para a retirada dos milhares de pessoas que habitam moradias em áreas de risco e preservação permanente. Não adiantaria proceder imediatamente a essa retirada ma-



meias áreas. Em pouco meses, ou anos, teríamos outro contingente populacional, igual ou mesmo maior, habitando a mata atlântica. O que procuramos, agora, é restabelecer a autoridade. Fazer saber a todos que não se pode construir ali, e que não se tolerará o erguimento de uma parede a mais. Paralelamente estamos procedendo a estudos, para que se possam propor soluções diferenciadas, em termos de habitação popular, já que as características peculiares de nossa região não aconselham a adoção do modelo tradicional de habitação popular. Vamos, se Deus quiser, providenciar moradias dignas, com saneamento, energia e transporte coletivo para nossa população, mas haverá de ser num estilo próprio, coordenado com as necessidades do estilo turístico, ecológico e integrado à vocação do município de São Sebastião, que adotou, não por acaso, o slogan “Bonito por Natureza”. Agradecemos mais uma vez as referências elogiosas e esperamos corresponder às expectativas do Estado e contar com seu apoio cidadão. **Paulo Julião**, prefeito, São Sebastião